

Yuri Manuel Francisco Agostinho *

yanessanguifada@gmail.com

Resumo:

Por um caminho que se aproxima a uma Ego-história, procurarei apresentar como a minha trajetória acadêmica e de pesquisa vão ao encontro do testemunho do acontecimento e das memórias de Ilda Quintas Gomes. Uma mulher cujas narrativas são vistas como um instrumento de luta, porquanto nelas é possível encontrar vários significados. Neste artigo irei posicionar-me nas margens de um fazer histórico que se constitui num diálogo entre a memória e a história oral. Também, irei colocar-me na posição de neto de Ilda Quintas Gomes, entrevistador e daquele que traz e vos escreve uma pequena trajetória de vida de uma mulher que pode ser significativa em termos daquilo que é, o entendimento relativo às questões que agenciam a história oral como metodologia válida para a reconstrução do conhecimento histórico.

Palavras-chave:

Ilda Quintas Gomes. História oral. Memória.

Abstract:

Through a path that is close to an Ego-history, I will try to present how my academic and research trajectory meets the testimony of the event and the memories of Ilda Quintas Gomes. A woman whose narratives are seen as an instrument of struggle, because in them it is possible to find several meanings. In this article I will position myself in the margins of a historical making that is constituted in a dialogue between memory and oral history. Also, I will place myself in the position of Ilda Quintas Gomes' grandson, interviewer and the one who brings and writes to you a short life trajectory of a woman that can be significant in terms of what it is, the understanding concerning the issues that agenciate oral history as a valid methodology for the reconstruction of historical knowledge.

Keywords:

Ilda Quintas Gomes. Oral history. Memory.

1 Quem é à Ilda?

Por um percurso que se aproxima a uma Ego-história, procurarei mostrar como a minha trajetória acadêmica e de pesquisa vão ao encontro das palavras, do testemunho e das memórias de Ilda. Uma mulher cujas narrativas são vistas como um instrumento de luta. Ilda não é uma personagem fictícia, ela é a minha avó de parte paterna. Ela nasceu em 1935 na comuna do Cariango¹, ela apresenta-se na fotografia abaixo, é a senhora que segura com as suas mãos uma criança.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

¹Cariango é uma comuna que pertence ao município da Quibala, e por sua vez a Quibala é um município da província do Cuanza Sul, à luz do Decreto Legislativo nº 3.865, de 15 de Setembro de 1917. In: Jornal de Angola: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=389401>. Consultado em: 23/11/2021.

1- Ilda Quintas Gomes com a sua família².

Fonte: Arquivo pessoal.

Poderíamos trazer para este turno as memórias de Ilda, mas utilizando uma figura irreal, assim como fez Maria da Conceição Neto (2015) quando no seu artigo: *Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961)*, conseguiu mostrar a situação colonial em Angola a partir da figura da Maria do Huambo, como protagonista de uma história que procurou trazer à superfície situações vividas e documentadas em Angola sob o domínio colonial³.

Não quer dizer que Conceição Neto (2015) enveredou para um caminho desacertado ou num campo que a história como ciência possa recusar. A história como ciência aceita a ficção⁴, mas é preciso “ativá-la” e acima de tudo empregar “procedimentos narrativos”. Ankersmit (2016) e Jenkins (2009) vão contestar a verdade do conhecimento histórico, afirmando que se trata de uma ficção tal qual a literatura⁵.

² Legenda: Em primeiro plano, ao contar da esquerda para direita, à Ilda Quintas Gomes com a minha prima Yolanda - (Azulinha) nos braços, a seguir estou eu – Yuri Agostinho ao lado do meu irmão Stronberguer. No segundo plano, da esquerda para direita, apresento o meu tio Adolfo e o meu tio Rui com o meu primo Cláudio sobre os seus braços. Esta fotografia data o ano de 1988, ela congela o espaço do quintal da casa de Ilda Quintas Gomes, situada na Rua Tipografia Mama Tita - bairro das Ingombotas. Os moradores atualmente chamam a rua de Baratinha.

³Para este turno o termo colonização indica a constituição de colónias, o de colonialismo, a ideologia, que justifica esta prática (ROUX-LANIER, C. et al., 2007, p. 57).

⁴ Há procedimentos literários, mas não é a mesma coisa que dizer que a história é uma ficção literária. Em Certeau (1982), a narrativa faz parte da operação historiográfica, e Ricoeur (2007) vai na mesma linha de ideia, com diferenças em relação a Certeau (1982), ao discutir a escrita da história, mas não contesta o conhecimento produzido como passível de veracidade.

⁵Todo entendimento da escrita da história é apenas parcial e insatisfatório, uma vez que se mantém cego ao texto como um todo – pois o texto como um todo determina o significado de conceitos históricos. E qualquer abordagem da verdade histórica demanda e pressupõe uma análise de como os conceitos históricos vêm à tona e de como decidimos sobre sua capacidade de contribuir para nosso conhecimento do passado (ANKERSMIT, 2016, p. 32). Nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc., e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado. Julgamos a "precisão" dos relatos de historiadores vis-à-vis as interpretações de outros historiadores, e não existe nenhuma narrativa, nenhuma história "verdadeira", que, ao fim, nos possibilite confrontar todos os outros relatos com ela - isto é, não existe nenhum texto fundamentalmente "correto" do qual as outras interpretações sejam apenas variações; o que existe são meras variações. [...] Até aqui, sustentei que a história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações. No entanto, embora os historiadores saibam de todas as

Neste contexto, o que seria para nós a ficção? Até ao século XVI, o termo “ficção” significava a mentira, a falsidade ou a ocultação da verdade. Hoje está mais associado à imaginação e ao prazer lúdico. Jablonka (2016, p. 203-205, tradução nossa) vai dizer que os historiadores também utilizam seus personagens, esses personagens seriam os conceitos cujas palavras expressam, no entanto, uma verdadeira posição política ou social. A ficção não é apenas mímica, descrição, um episódio da vida, é também uma visão do mundo. Ela fornece ferramentas para compreender uma era, uma configuração familiar, ou funcionamento de uma sociedade. Por isso, os historiadores também precisam de algum tipo de ficção como necessidade, porque eles, na medida que recordam, ativam o imaginário.

É a partir deste lugar-imaginário, que o historiador, como investigador, precisa para poder encontrar fontes e teorias para se colocar no lugar do outro. A ficção tem de passar por procedimentos narrativos, por isso ela pode ter um efeito dramatizante. Ela também deve ser ativada, visto que ela tem um potencial cognitivo, indispensável para a produção do conhecimento. Se for ativada, ela permite fazer perguntas, formular hipóteses, mobilizar conceitos para transformar conhecimentos e compreender o que as pessoas realmente fazem (JABLONKA, 2016).

Para este turno decidi fazer o caminho inverso, este trilha aproxima-se a uma Ego-história, porque na história da Ego-história, “a história individual não é separada da história política ou intelectual. Por outras palavras, a história da família e a história das nações não são separadas, elas estão intrinsecamente ligadas” (COLE, 2019, p. 528, tradução nossa).

Por isso, neste artigo irei posicionar-me nas margens de um fazer histórico que se funde num diálogo entre a memória e a história oral. Outrossim, irei colocar-me na posição de neto de Ilda; entrevistador e daquele que traz e vos escreve uma pequena trajetória de vida de uma mulher que pode ser significativa em termos daquilo que é, o entendimento relativo às questões que vão ao encontro sobre: o relato oral, o testemunho, o acontecimento, o ato de narrar e por último aquilo que consideramos como documento.

2 Breves considerações sobre uma parte da minha trajetória académica e de pesquisa

A minha trajetória académica e de pesquisa conectam contextos de vida e experiências. Já se vão alguns anos que começamos a pesquisar sobre os bairros indígenas de Luanda⁶, pesquisa esta, que resultou

coisas, a maioria parece desconsiderá-las de caso pensado e se empenha em alcançar a objetividade e a verdade mesmo assim. E essa busca pela verdade transcende posições ideológicas e/ou metodológicas (JENKINS, 2009, p. 32-35).

⁶ É preciso clarificar a diferença entre bairro indígena e Musseque. Segundo Fonte (2007, p. 148) a distinção entre bairros indígenas e musseque é porque os primeiros são projetados e automatizados pelo colonizador (apropriando o modelo europeu) e, os musseques dependem única e exclusivamente da população que os habita, traduzindo as referências rurais de que são originários. No entanto, a terminologia indígena, pode associar-se à caracterização emanada do estatuto do indígena, por isso, podemos concluir que os bairros indígenas se dirigiam exclusivamente aos que eram considerados indígenas, ou seja, não eram cidadãos. No entanto estes bairros dirigiam-se, basicamente à população negra e mulata, fossem consideradas indígenas segundo o Estatuto, ou apenas indígenas por serem naturais de Angola. O que é certo é que apenas os bairros indígenas eram projetados (há vários

numa dissertação⁷ apresentada no Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda - ISCED. Para cumprir os objetivos da dissertação tive de entrevistar algumas pessoas, Ilda foi uma delas. Ela foi entrevistada em 2016 na sua residência no bairro da Sapú - Luanda. Nesta entrevista utilizei um questionário para poder guiar-me nas questões que ao longo da entrevista foram sendo colocadas. O objetivo desta entrevista era de saber sobre a construção dos bairros indígenas de Luanda.

Terminado o mestrado, posteriormente fiz a candidatura em 2018 no programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE⁸, o resultado foi positivo e felizmente tive direito a uma Bolsa de estudos da CAPES⁹. Em 2019 rumei para a cidade de Recife no mês de julho, em agosto comecei com as atividades do doutoramento. Matriculei-me em três disciplinas¹⁰, uma delas foi ministrada pelo professor Dr. Antonio Montenegro, esta disciplina deixou marcas em mim, a aprendizagem foi muito significativa e, ao mesmo tempo, tive um “choque”, de tal maneira que tive de reformular todo pré-projecto¹¹. Por outro lado, comecei a notar os erros que eu tivera cometido durante as entrevistas feitas no âmbito do mestrado, principalmente na entrevista que fiz à Ilda.

Na medida que fui avançando durante os seminários, comecei a ficar alfabetizado no campo da memória e da história oral. Por isso, ficou claro que era importante ter atenção alguns aspectos que citarei a seguir:

- (i) Um entendimento como a narrativa opera;
- (ii) O lugar da narrativa;
- (iii) Até que ponto as experiências podem ser úteis e fontes para a construção de uma boa narrativa;
- (iv) Os efeitos que as experiências podem proporcionar;
- (v) O poder da memória involuntária;
- (vi) Existe uma distância entre a vida vivida e vida lembrada;
- (vii) Existe um tempo infinito (este tempo está no interior das pessoas) e o tempo entrecruzado (este tempo está por fora das pessoas);
- (viii) O papel do escritor e seu campo de atuação e o seu produto final;
- (ix) O papel do narrador, seu campo de atuação, suas valências, e o seu produto final;
- (x) Existe uma crise no ato de narrar;
- (xi) Existe uma crise na passagem do testemunho;
- (xii) Os problemas com as experiências interferem no testemunho e no ato de narrar.

exemplos) e os musseques não, resultando do aparecimento espontâneo. O nosso interesse é de estudar como foi este processo de construção dos bairros indígenas na cidade de Luanda.

⁷ Dissertação com o título: História dos bairros indígenas de Luanda (1922-1962).

⁸ Doutoramento em História na linha de pesquisa: Cultura e Memória.

⁹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

¹⁰ 1 - História Oral e Memória: Fenomenologia, Hermenêutica e Construtivismo. 2- Leituras Dirigidas. 3- Tópico especial em teoria da história e historiografia.

¹¹ Visto que era um projeto de continuidade do mestrado para o doutoramento, embora com uma alteração significativa, mesmo assim, sentimos que era necessário fazer mudanças profundas.

Os itens supracitados são provenientes da análise dos capítulos¹² do livro de Walter Benjamin, *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. Em suma, o que foi retido e aprendido é, que existem possíveis conexões entre o tempo, as experiências, o narrador e a narrativa. Estas relações só podem ser compreendidas se por acaso existir um tempo social, lugar onde a memória opera. Ainda na senda da aprendizagem, é importante assinalar a utilidade das discussões feitas no âmbito da leitura do capítulo: *A memória ou graus coexistentes da duração*, do livro de Henri Bergson, *Memória e vida. Textos escolhidos*.

Neste capítulo o autor associa a utilidade da vida como prática ao tempo, dizendo que não pode ter vida sem lembrança, essa constante garante a continuidade entre o passado e presente. O texto também mostra as relações do corpo e a memória, a lembrança, a imagem, o desdobramento do pensamento ao cérebro, a significação e a percepção. Elementos, que estão atrelados à tarefa de elaboração do passado, sobretudo quando essa preparação tem como ponto de apoio às imagens.

Não vou tornar-me exaustivo no que concerne aos meus entendimentos daquilo que foram as minhas leituras com certos intercessores durante os seminários¹³. Mas posso pontuar que eles foram autores que permitiram entender a história oral como prática de pesquisa e como a memória opera nas suas variadas dimensões.

Por outro lado, uma lembrança que continua cravada no meu interior foi quando no primeiro dia de aula¹⁴ do seminário em *História Oral e Memória: Fenomenologia, Hermenêutica e Construtivismo*, administrado pelo professor Antonio Montenegro. Ele perguntou-me sobre a minha pesquisa, imediatamente respondi estar a pesquisar sobre os bairros indígenas na cidade de Luanda¹⁵, observei ele a tomar nota num bloco. No mesmo dia, já no período da tarde, assistimos um documentário com o título: *corpos e paz em Pernambuco*¹⁶, este exercício foi um complemento com o significado de uma aula prática. Ou seja, se no período da manhã o professor Antonio Montenegro levou para sala diversas reflexões sobre a memória, no período da tarde assistimos um documentário que foi muito útil, visto que uma boa parte daquilo que foi refletido no período da manhã, conseguimos entender com naturalidade com a introdução do documentário como meio pedagógico.

Na aula seguinte, conforme ocorreu no primeiro dia de aula, no período da tarde, com a mesma metodologia de ensino, o professor Antonio Montenegro nos brindou com um filme de Eduardo Coutinho, sob o título *Cabra Marcado para Morrer*¹⁷. Foi uma aula de extrema importância, porque foi através deste

¹² A imagem de Proust; Experiência e Pobreza, e o Narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov.

¹³ Ao longo dos seminários tivemos em contacto com vários autores: Pierre Nora, Walter Benjamin, Paul Ricoeur, Reinhart Kosselleck, Gabriel Garcia Marquez, Le Goff, Henri Bergson e Maurice Halbwachs, entre outros.

¹⁴ Esta aula foi realizada no dia 28/08/2019.

¹⁵ Esta pesquisa busca o entendimento de uma história de conexões, ligada ao espaço urbano colonial de Luanda. O desdobramento desta história leva-nos para uma escala reduzida que é sinalizada para a questão dos bairros indígenas de Luanda.

¹⁶ Ver a entrevista do autor do documentário em: <https://www.opeu.org.br/2018/04/11/documentario-resgata-atuacao-de-corpos-da-paz-no-nordeste/#wpcf7-f49-o1> consultado: 26/08/2022.

¹⁷ Ver o filme em: <https://www.youtube.com/watch?v=4-HBPSqgonU> consultado: 27/08/2022.

filme, como meio pedagógico, consegui compreender as armadilhas e os vícios que podem acontecer no decorrer de uma entrevista, quando um entrevistador estiver a interagir com um possível narrador.

Após assistirmos os documentários, o professor deixava sempre um espaço para um debate que ficava reservado para questões que levassem a um entendimento daquilo que foi observado no documentário. E depois faziam-se enquadramentos em torno de como a memória opera nas suas variadas dimensões, e como o pesquisador tem a possibilidade de utilizar a história oral como metodologia.

Ao assistirmos os documentários tornava-se claro a importância de ter uma base teórica sobre o campo da memória, para não confundirmos certos papéis entre a história e a memória na construção do conhecimento histórico.

Após terminarmos os seminários na disciplina de *História Oral e Memória: Fenomenologia, Hermenêutica e Construtivismo* oferecida pelo professor Antonio Montenegro, ficou claro que eu tinha de retomar as entrevistas, não só para tentar reparar os erros cometidos, mas também para retomar as fontes, um procedimento que o historiador deve fazer sempre que for necessário. Por outro lado, o contacto com várias teorias e autores, permitiu observar de fato que precisávamos realmente de voltar a entrevistar as mesmas pessoas e talvez encontrar outras pessoas. Logo decidimos entrevistar novamente Ilda.

3 Dos relatos orais ao testemunho de Ilda Quintas Gomes: uma forma de atingirmos o acontecimento

[**Testemunho 1**] - Eu tive de lhes ameaçar.

Uma vez chamaram à Ilda. Ó Ilda, os teus filhos estudam para quê? Segundo Ilda, a pergunta foi feita pela dona Isaura. Na mesma senda, Ilda lembrou-se de outro episódio que ela protagonizou com a senhora Isaura.

“A Isaura veio a quarenta e cinco quilômetros atrás de nós. Veio logo de manhã, eram cinco e meia, a carrinha entrava quando estávamos aí no falecido Raul, na Quibala, ela veio atacar-me. Depois eu tive de ameaçar ela e o seu filho Manuel. A Isaura disse-me, os teus filhos vão para lavra. Olha Ilda, nós no Cariango não estamos satisfeitos com essa coisa de você pedir transferência do Cariango para aí onde vais matricular os teus filhos. Porque todos os Cariangos vão aprender contigo”.

Ilda respondeu dizendo o seguinte: “e depois, aí quem vai trabalhar nas lavras? Nas lojas? Manuel, eu no Cariango te considerava menino, agora vou à delegação do M.P.L.A. Vocês querem-me matar? Quem ficou no Cariango o problema é dele, quem quer aprender comigo aprende. Por qual razão vocês querem os meus filhos? Esses meus filhos; esses três ou quatro filhos que eu tenho é o que vocês querem para trabalhar nas lojas?” O filho da dona Isaura respondeu: “a não”, em seguida à Ilda cortou-lhe a palavra e lhe disse: “eu vou já na delegação, todos os meus filhos são do M.P.L.A, assim você já está em maus lençóis. O branco

teve que fugir, um mês depois, quando todos os brancos souberam acerca do assunto”. À Ilda disse: “tiveram uma reunião, não é? Isso, eu sei, quando vocês querem dar cabo dos negros”.

Por outro lado, Ilda relatou que quando vissem um negro vestido, os colonos chamavam, “olha o Calcinha, este veio para ensinar os outros”. “O teu pai¹⁸ bateu um branco, quando lhe disseram que ele é “Tura”¹⁹, e que a sua proveniência é do Congo. Por causa deste incidente a professora mandou chamar à Ilda e disse: “ó Ilda, o teu filho é “Tura”. Imediatamente à Ilda respondeu-lhe dizendo que não admite que falassem assim do seu filho Zé Manuel.

Segundo Ilda, o Zé Manuel era pequeno, mas já lhe chamavam de “Tura”, porque vestia-se muito bem. “O Zé Manuel estava muito furioso, a professora disse, oh Ilda cuidado”. Em seguida, Ilda ameaçou-lhe e disse: “olha, eu vou à delegação do M.P.L.A, quando eu disse que vou à delegação, algumas pessoas abandonaram a aldeia antes do tempo. O negro sofria muito, não dá mesmo. Você trabalhou na casa de uma senhora, é essa senhora que vai te fazer calunha²⁰; você queimou a calça do patrão ou a camisa, o mês todo não te paga. Êh nada... Os nossos governantes, em vez de aprender, hoje fazem o pior”.

[Testemunho 2] - Nós já tínhamos um pouco de olhos abertos.

"Em 1950 chegávamos na loja tínhamos de perguntar o quilo de peixe e quando perguntávamos, o branco cantineiro ficava furioso. O porquê que queres saber isso? Se você chega com dez escudos, você diz que só quer peixe de dez, ou de cinco, nós já tínhamos um pouco de olhos abertos. Falei à tia Suzana para ela ir buscar um quilo de carne seca. Quando ela chegou a loja perguntou quanto custava um quilo de carne seca". Segundo Ilda, o branco perguntou-lhe: “O porquê que você quer saber? “Quem te ensinou? Os culpados são os padres.” Ilda em seguida disse que se lembrava de muitas coisas, que até os padres eram odiados. “O padre quando pregasse dizia o seguinte: “domino-vos todos. E nós dizíamos todos, oh, afinal é todos nós, para nos dominar. O padre era obrigado a não pregar a verdade”.

“Se o negro fosse numa confissão no padre e dissesse que esteve embriagado numa festa e teve relações com uma mulher que não seja sua. O indivíduo é preso durante sete meses, com trabalho forçado sem nenhum escudo”.

[Testemunho 3] - Perfilhar²¹ o filho.

“O falecido Horácio é um homem que eu admiro até agora, mas quando refilava, ele dizia: vocês não sabem agradecer”. À Ilda respondeu da seguinte forma: “Sr. Horácio não me tira a crosta na ferida, deixa ir,

¹⁸ Ilda faz referência ao meu pai - José Manuel Quintas Agostinho.

¹⁹ “Tura” era um termo pejorativo utilizado para indicar um sujeito que esteve envolvido com a sublevação. Eram considerados como terroristas, indivíduos que pertenciam aos movimentos de Luta de Libertação contra o colonialismo.

²⁰ “Calunha”, significa caluniar alguém.

²¹ O correto na língua portuguesa é perfilhar- admitir legalmente como filho.

se nós estávamos dispersos, se vocês é que nos abriram os olhos. Nós negros pedimos para vocês virem aqui? Sei lá dá onde, ou vocês é que fugiram da Europa? Por isso, Sr. Horácio, eu não te quero faltar respeito”.

“Onde passamos meu neto, eu para ter o teu tio Rui, é passar mal com a tua tia Mena, tivemos de fugir o pai do Rui. Para proflhar o Rui, ele já estava para fazer vinte anos, tivemos de o registrar na conservatória do Kinaxixi. Em toda minha zona do Cariango, o branco que tinha dois ou três filhos com uma mulher negra, como ele vai proflhar? Não havia essa lei de proflhação de filho, por isso o que contava era o filho congênito. Meu neto, aí, aí, não, a vida... [risos] é como diz a velha chica, posso morrer contente, é verdade.”

“Eu obriguei o senhor, com um senhor do tribunal dos menores que foi um amigo do falecido Horácio, mas o teu tio Rui não reconhece isso. Você vai dizer ao branco para proflhar, mas o preto era obrigado a registrar até aquele que está na barriga, quando chegava o tempo do recenseamento, [risos] ... A tua mulher tem quantos filhos? Tem três, até aquele que está na barriga é registrado, mas o filho de um branco com uma mulher negra não é registrado. Para registrar o filho do negro com uma negra, não era necessário a presença do pai. O teu pai como tinha uma cor de pele clara, o padre disse, mas esse é “mulato”, eu disse que não, é negro, então aceitaram registrá-lo”.

“Se o branco for a igreja com uma mulher negra, mas também ele não tentava [risos] ..., se fosse, só o desprezo que levava dos outros, muitos lhe faziam pouco, uns começavam a dizer: epa, ela é bonita, mas ela é daqui, agora como é? Por isso, meu neto, a gente ia batizar uma filha ou um filho sem pai, no registro ficava filho de, do ou dá, quando é filho do branco, é filho de pai congênito é desta forma que ficava escrito no documento”.

4 A palavra e o testemunho de Ilda Quintas Gomes como lugares de várias acepções

As narrativas de Ilda não estão isoladas, elas carregam contextos sociais e políticos. Elas decorrem do ato de narrar experiências vividas no espaço colonial que foi um lugar demarcado por práticas, abusos e relações de poder, onde o colono ao seu belo prazer fazia o que lhe desejava, para demonstrar que era um ser superior ao colonizado.

As narrativas de Ilda são provenientes de um processo de entrevistas alicerçadas pela utilização da história oral como metodologia. Não chegamos e perguntamos logo sobre os assuntos que Ilda narrou. Na verdade, o objetivo era de saber sobre os bairros indígenas de Luanda, mas como começamos pela história de vida, conseguimos, a partir das entrevistas, narrativas que posteriormente serviram para vislumbrar significados.

As narrativas de Ilda permitiram com que fizéssemos uma viagem não só para uma espacialidade e temporalidade, mas também para o acontecimento. As falas permitem que façamos deslocamentos, esse “deslocamento não é tornar incompreensível nem desconstruir o relato. É possível modificar o curso do pensamento histórico para introduzir aquele, inferior, das falas e dos acontecimentos” (FARGE, 2011, p. 77).

A história de vida de Ilda demarca o campo (Cariango) e a cidade (Luanda), ou seja, várias escalas e relações em termos de espacialidades. Se por acaso fôssemos direto ao assunto sobre os bairros indígenas de Luanda, seguramente não chegaríamos a certos acontecimentos que, estão fixados nas narrativas de Ilda. Mas aqui coloca-se um problema, estes acontecimentos demarcados nas narrativas de Ilda, podem receber regimes para podermos considerar como uma fonte histórica?

Esta suspeição pode ser vista no confronto de opositores: por aquele que não examina, por exemplo, as camadas expostas ou sobre-expostas contidas nos relatos orais. E, por outro lado, por aquele que consegue ver nos relatos orais, tensões, significados e símbolos. Mas é natural haver esta desconfiança, visto que um documento encontrado em arquivo como um testemunho oral pode ser um campo “minado” para o historiador. Os novos paradigmas para a pesquisa histórica mostram:

A negação da ideia de totalidade; a busca da verdade não deve nortear as pesquisas, pois ela não existe em termos absolutos; os acontecimentos são fatos construídos independentemente uns dos outros o que resulta na exclusão da ideia de processo e estrutura; o real é inerente a sua representação. O conjunto desses paradigmas está longe de ser aceito pela maioria dos historiadores, pela razão de muitos guardarem reservas sobre alguns deles. (JANOTTI, *apud*, MONTENEGRO, 2009, p. 8).

As narrativas de Ilda atingiram a situação colonial²², isto porquanto é perceptível através dos relatos observar fenômenos. Quando Ilda verbaliza “eu tive de lhes ameaçar”, ela nos mostra que as suas narrativas foram como se fosse uma arma em defesa da sua posição na sociedade colonial. Por outro lado, Ilda expressa com a narrativa de sua experiência as artimanhas²³ que usava para atravessar o poder colonial, ou seja, buscar outros lugares sociais que não são aqueles previamente destinados a ela e para os seus filhos, como mão-de-obra para a agricultura ou como empregados no comércio ou empregados domésticos.

Caro leitor, é importante salientar que os argumentos de Ilda representam a luta anticolonial, ou seja, ela posiciona-se politicamente num acontecimento do cotidiano que passaria facilmente despercebido quando se entende a luta política como mero engajamento em partidos, sindicatos ou em outras instituições.

²²Situação colonial é um conceito empregado por Balandier. Para mais informações, caro leitor ver: BALANDIER, G. A Noção de Situação Colonial. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v3i3p107-131. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605>. Acesso em: 27 ago. 2022.

²³ Estas artimanhas podem ser vistas a partir daquilo que Certau (1998) entende por trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nesses estragemas de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor.

O cotidiano aqui aparece em sua narrativa como o poder de se posicionar politicamente contra o poder colonial. Não significa que em outro momento do cotidiano sua postura será a mesma, mas importa destacar que os sujeitos possuem agência política nos seus mínimos atos.

Na perspectiva abordada por Eder Sader, “a fala é um instrumento de luta, fundamental porque estabelece outras realidades a serem alcançadas” (MONTENEGRO, 1994, p. 37). Vejamos, por exemplo, as palavras de Ilda ao responder à senhora Isaura e o seu filho Manuel, mostram evidências sobre as relações de poder existentes nesta sociedade colonial. Ver Ilda como uma ameaça ou perigo, devido a uma iniciativa que ela teve em matricular os seus filhos numa outra localidade para darem continuidade aos estudos, evidencia que os colonos precisavam também de crianças para poder explorar.

Outrossim, eles precisavam ter controle sobre a mão de obra, precisavam que as pessoas reconhecessem seu lugar, como naturalizado e a eles destinado, como se trabalhar para o colono fosse o único horizonte de expectativa. Ilda nos mostra em seu depoimento que esse horizonte podia ser mais largo, ela buscava transitar nessas brechas que permitiriam a seus filhos algum lugar social distinto, um futuro diferente.

Ilda soube agir “entremeio²⁴” e por dentro, ou seja, soube contornar entre os poderes exercidos por cima - (poder colonial instituído por normas e executados por agentes) e por baixo – (relação de poder existente no cotidiano entre colono e colonizado). Por isso, quando vejo alguns sujeitos a se alegrarem com alguns dados que mostram que Angola, no período colonial, esteve na lista dos países que exportavam alguns produtos valorizados na altura, como o café, o sisal e o algodão. Neste contexto, as pessoas já se perguntaram se os colonos pagavam a mão-de-obra?

Por outro lado, dou razão à professora Conceição Neto (2017), quando no seu artigo *De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial*; alega que é importante observar os vários tipos escravidão perpetuadas depois da abolição do tráfico de escravos. Ou seja, Conceição Neto (2017) vai dizer, se por um lado o tráfico de escravo no atlântico foi abolido, do outro lado do atlântico, propriamente em Angola foi criada várias formas de escravidão. Só que a disparidade é que as pessoas já não eram exploradas para o outro lado do Atlântico, mas continuaram a ser deslocadas e usadas segundo o proveito do colonizador, por vezes com expedientes com uma enorme violência²⁵.

²⁴ Sobre o conceito entre – meio (in-between) literalmente, é estar no entremeio entre duas condições de fronteira (BHABHA, 1998).

²⁵ Caro leitor, sobre o trabalho forçado ver: Cahen (2015) Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. CARREIRA (1977) Angola, da escravatura ao trabalho livre. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à Independência. CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (Coord.). Trabalho forçado africano: Experiências coloniais comparadas. Porto: Campo das Letras, 2006. CEAUP (Coord.). Trabalho forçado africano: Articulações com o poder político. Porto: Campo das Letras, 2007. CEAUP (Coord.). Trabalho forçado africano: O caminho de ida. Ribeirão (Portugal): Húmus, 2009.

Ao ligarmos as narrativas de Ilda com o posicionamento de Conceição Neto (2017), implica dizer que as narrativas não podem ficar soltas sem uma correlação com um dado /fato que já foi legitimado ou que foi alvo de uma operação historiográfica²⁶. As narrativas devem ser tencionadas, por outro lado, elas devem ser ligadas em alguns “fios soltos” que precisam ser conduzidos posteriormente para fomentar outras abordagens.

Ilda, ao dizer que naquela altura “nós já tínhamos um pouco de olhos abertos”, abre um campo para falarmos, por um lado, sobre a percepção que se tem do poder colonial e a questão da escola como possível caminho para trilhar nos interstícios desse poder, nas brechas que ele abre e possibilita não só de contestação, mas de linhas de fuga. Por outro lado, sobre a questão da escola - (educação), ao não ser oferecida de forma ampla, define a sua condição de cidadania no período colonial. Esta condição permitia que muitos colonos dominassem os colonizados nas mais variadas formas.

Por exemplo, Ilda demonstra, ao discutir a questão dos preços dos alimentos, que a não escolarização funciona como mecanismo de dominação, e de aceitação do lugar subalternizado e de dominado/colonizado. A posição de Ilda revela mais uma vez que nos pequenos atos do cotidiano se produz contestação do poder colonial. E os colonos sabem disso, pois questionam para que ela quer saber o preço das coisas. Que outra coisa quereria Ilda se não transitar nesse sistema monetário em pé de igualdade? É o que reivindica, que possa não só se apropriar desse saber, mas que o mesmo não seja usado como um mecanismo de subalternização. Por isso, um entendimento da situação colonial em Angola, pode ser analisada a partir das relações de poder, que não podem ser vistas só de cima, é importante ver também debaixo, conforme orienta Han (2019).

Como Ilda articula o seu testemunho inscreve possíveis regimes de imagens que vão dar sentido e lógica ao acontecimento. O mais importante para nós, não é ver, de fato, como o acontecimento é narrado por Ilda. O Essencial é ver como ela opera, ou seja, como ela consegue trazer as suas memórias para o presente. E como deste presente ela compreende que nos pequenos atos “já tinha os olhos meio abertos” a respeito dos mecanismos de subalternização, do poder colonial. Ilda fala de um agora em que o poder colonial já não existe, e de um presente em que se posiciona contra o poder colonial é hoje o esperado.

Como a memória pode ser reconstruída a partir da operação de um discurso, os lugares das experiências demarcam lugares na memória, e os eventos estimulam e sinalizam às lembranças na memória de Ilda, mas por vezes às narrativas de Ilda, saltavam de um lugar para o outro, sentimos isso, mas não quer dizer que ela seja uma má narradora, é natural porque a memória opera desta forma.

Quando Ilda narra que “os culpados são os padres” e que “se lembrava de muitas coisas”, inclusive que até “os padres eram odiados”, podemos ver o momento de criação: o testemunho e o acontecimento.

²⁶ Ver o conceito de operação historiográfica em CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rj: Forense – Universitária, 1982.

Costa (2019, p. 19) vai dizer que o testemunho e os acontecimentos estão entrelaçados. De tal maneira, juntos constroem a história. Na mesma senda, Costa (2019) ao citar Pierron (2010) confirma:

- (i) Que a história narrada, formada na maioria parte pelo testemunho, opera um trabalho de memória, daquilo que lembra e do que esquece, ambos de extrema relevância.
- (ii) O testemunho não se reduz aos dados técnicos e abstratos, muito mais do que isso, ele é a “carne do mundo vivo”, uma carne passível de sentir, de provocar emoções e sensações.
- (iii) O testemunho religa, sutura informações do mundo e sua história (escrita e vida, texto e ação, narratividades e exterioridade).
- (iv) O testemunho, no entanto, possui grande valor para a ciência da história, pois duas questões são chaves na sua transmissão: o que é dito e quem o diz. Na dialética da proximidade e da distância, ele possui uma subjetividade capaz de bloquear a exigência crítica própria à verdade histórica.

Desde a Grécia antiga os depoimentos são apreciados como condição indispensável para a escrita da história. Sem testemunho não se faz história, pois é o testemunho que funda o primeiro laço com a memória ao narrar algum acontecimento (GUIMARÃES NETO; MONTENEGRO, 2020).

As narrativas de Ilda em muitas passagens demonstram como era a situação colonial em Angola, mas sentimos que nos momentos da entrevista, ela procurava trazer algum acontecimento relacionando algumas questões do tempo presente. Por exemplo: quando ela chama atenção “êh nada... os nossos governantes, em vez de aprender, hoje fazem o pior”, ela quer nos dizer que os mecanismos de poder e dominação continuam a se reproduzir tão fortemente quanto no passado, a despeito das promessas no momento da libertação colonial.

Ilda, ao trazer para o tempo presente narrativas que se alicerçam nas suas experiências, lhe permitiu demarcar situações, mapas e ambientes no ato de rememorar. As narrativas geram geografias de ações, genealogias de lugares e legendas de territórios. Por outro lado, as narrativas multiplicam, movimentam e articulam as fronteiras (CERTAU, 1998). Por isso, no léxico das narrativas de Ilda, iremos encontrar um sentido de crítica estabelecida no seu tempo social. Ela mostra-nos o poder da sua língua, a sua conversa com o Sr. Horácio, seu patrão, demonstra que ela possuía um saber que lhe possibilitava disputar lugares de fala. Não queremos simplesmente dar um significado por dar nas narrativas de Ilda, é importante ver como ela narra, a sua fala vai demarcando situações, sem ela se preocupar com uma linearidade.

Ao analisarmos as narrativas de Ilda, depois delas serem transcritas, quando chegamos nesta passagem que Ilda narra o momento de conversa com o Sr. Horácio, lembrei-me logo de Gilda²⁷, quando ela disse ao professor Antonio Montenegro (1994): “eu já fui burra”. A própria língua é demarcadora de fronteiras. Ela demarca situações e espaços. Ela também atua como se fosse um dispositivo e, uma porta de saída para julgar práticas a partir de leituras do social (MONTENEGRO, 1994). Por isso, o testemunho faz parte da nossa vida, assim como a memória e o conhecimento. O testemunho é a versão de alguma pessoa

²⁷ Gilda é uma mulher que foi entrevistada pelo professor Antonio Montenegro. Para mais informações ver: MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

para o fato. Dependemos indispensavelmente daquilo que nos é ensinado para aprender e conhecer. Enfim, o que passa a ser testemunho um dia foi experiência (COSTA, 2019, p. 38-39).

Aquilo que já não conseguimos compreender, não pode ser lembrado, o que já não se beneficia pela condição de presença. Se por acaso reconhecemos uma experiência no ato de rememorar, é porque o passado está presente. O importante não é reconhecemos a experiência no presente, mas sim é essencial ir ao encontro do testemunho (PENNA, 2002, p. 106).

Só somos o que somos, porque temos memória, se temos uma memória, é porque ela conserva experiências. A memória é aqui entendida como um processo de operação, significando “aquisição, formação e conservação de informações. A evocação é também designada por recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos e aquilo que foi aprendido” (IZQUIERDO, 2018, p. 21).

Thompson (1992, p. 150) “admite que o processo da memória depende da percepção. Para aprendermos alguma coisa, temos primeiro de compreendê-la”. As narrativas podem advir de um senso prático, coisas básicas ou pequenas, mas de um grande valor, por exemplo: um ensinamento moral ou uma sugestão prática. As narrativas de Ilda são decorrentes de suas reminiscências carregadas do social. A sobrevivência do passado é tudo aquilo que aprendemos para lidar e agregar o futuro que se coloca.

Contudo, as narrativas de Ilda possibilitaram com que entendêssemos como a memória é rica quando ela é tencionada, a partir de um diálogo entre o campo da memória e da história oral. Não devemos olhar as narrativas de Ilda ou aquilo que avaliamos como acontecimento como uma totalidade, isto porque, cada acontecimento pode ser lido sob várias perspectivas. Concomitantemente, não podemos pensar a memória na totalidade, ela pode ter e trazer várias dimensões quando estivermos a ler ou a usar a memória como dispositivo.

As testemunhas, mortas ou vivas, mesmo aquelas que podemos encontrar em arquivos ou que se expressam em linguagem alta, são aquelas que por um lado marcam uma posição num determinado contexto do fazer histórico. Por outro lado, lançam desafios para o historiador. Estes desafios abrem lugares para tratar a questão dos excessos, as disfunções, o reelaborar e os sentidos. Por isso é preciso ter atenção o peso das palavras, visto que elas podem estar entre os diversos lugares simultaneamente (FARGE, 2011).

5 Memórias de Ilda Quintas Gomes: um documento como prova do vivido ou um sinal para ressignificar o acontecido?

Vai depender da forma como as narrativas de Ilda serão tencionadas, ou seja, quem conceber elas, pode sinalizar como um documento, se proceder desta forma é porque o documento tem algum interesse do ponto de vista histórico. Mesmo se for para evidenciar como prova do vivido ou ressignificar o acontecimento, as narrativas de Ilda como documento, devem passar por um processo que se inicia por uma verificação. Quem quer prova documental, quer uma “porção” de verdade histórica. Provar um documento,

requer articular fases; com o seu início a partir de uma etapa explicativa até a compreensiva. O documento deve ser interrogado pelo historiador, visto que nele é possível encontrar informação sobre o passado (RICOEUR, 2007).

Assim, os registros orais, testemunhos e pronunciamentos dos mais diversos tipos são analisados como fontes documentais a partir de uma operação conjunta que não fica restrita apenas nas fases de transcrição, edição, arquivamento, mas igualmente abrange o estudo analítico da produção e do discurso. “É através da dinâmica da linguagem escrita que a fonte oral se estabelece como documento histórico, visto que o texto se configura como narrativa e discurso histórico” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 24).

Ao trazermos as narrativas de Ilda para este turno, indireta ou diretamente, estabelecemos a relação entre um documento e uma determinada realidade. Ou seja, o fato de sinalizarmos que as narrativas de Ilda trazem elementos significativos, ao serem incorporados ou debatidos numa determinada historiografia, sinalizam que as fontes, para além de passarem por um processo de construção, elas também são utilizadas como prova. Digo isto, porque o “tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido, é uma representação. É nesse hiato entre vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador” (VEYNE, *apud*, MONTENEGRO, 2012, p. 30).

O fazer histórico é feito a partir de um dado indiciário, a fonte oral quando é validada passa a fazer parte deste índice, e de “fato começa a transmitir informação “fidedigna”. Tratar a fonte oral simplesmente “como um documento a mais” é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado” (THOMPSON, 1992, p. 138).

Por isso devemos olhar as narrativas de Ilda com um valor performativo que visa contribuir para um conhecimento histórico. Quando Montenegro (2012, p. 48) nos diz “que o repensar como a ordem da linguagem não se reduz à ordem das coisas”, na nossa perspectiva implica dizer que devemos ressignificar o acontecido ou a partir de uma evidência dar outro sentido, ou mesmo rachar este sentido. Se olharmos as narrativas de Ilda, a partir delas é possível encontrar vários significados, que podem ser fundamentados no domínio da história e da memória.

O que vai validar as narrativas no campo da história e da memória é, como o historiador vai se posicionar quando estiver no campo das operações em busca da validação das narrativas como documento. A partir deste ponto vai depender da sua análise, ou seja, o historiador pode direcionar as narrativas de Ilda como um acontecimento e encaixar na discussão historiográfica como fala ou dar outro significado. “A narrativa sobre passado via rememoração não implica apenas na tentativa de restauração do passado. A tarefa da narrativa não é apenas a restauração do idêntico esquecido, mas a possibilidade do diferente” (DIEHL, 2002, p. 101).

Na perspectiva de Montenegro (2007, p. 30) os testemunhos orais representam a parte dos recursos documentais a que o historiador pode socorrer-se, para alargar o debate historiográfico e o recorte temático

do seu objeto de estudo. Neste sentido o debate alude à relação entre a história e memória. Ao apresentarmos as narrativas de Ilda atribuímos um estatuto na sua fala, a sua memória tornar-se um lugar de consulta e suscetível de ser confrontado com vários sentidos, onde a evidência, o acontecimento e as dimensões do tempo estarão à disposição do historiador para poder validar o vivido ou ressignificar o acontecido. Ao validarmos as narrativas de Ilda colocamos a disposição um documento. Mas ele só ganha estatuto de acontecimento no momento que decidimos trazê-lo para este turno, ou seja:

Pode-se pensar que o documento é a apresentação/representação, daquilo “que se escreveu sobre” só ganha estatuto de acontecimento, importância e significado histórico a partir do momento em que é narrado, pertencendo a outra rede discursiva. A memória- testemunho também tem seus elos vitais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica; tem relação direta com os testemunhos. Esse estatuto de testemunho se baseia na confiabilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas; já os documentos, os registros que foram selecionados como documentos, necessitam passar pelo conjunto ou pelo crivo das regras instauradas no campo da história. Critérios de seleção e constituição do corpus documental, imprescindíveis ao trabalho dos historiadores, devem ser, pois, explicitados e analisados. (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 26).

A importância e os significados históricos são vistos a partir do momento em que o vivido é narrado, no que lhe concerne o historiador ao transcrever o que foi narrado pelo entrevistado, tem a legitimidade de olhar as camadas nas narrativas. Por isso, é que os historiadores também utilizam suas personagens, estas personagens seriam conceitos cujas palavras expressam, no entanto, uma verdadeira posição política ou social (JABLONKA, 2016).

Não encaramos as narrativas de Ilda como um mero relato, procuramos entender a genealogia do lugar de seus relatos. Por outro lado, procuramos escavar nas narrativas de Ilda não apenas para poder encontrar descrições de episódios, mas para entendermos como a memória opera, o que significa ir ao encontro, em primeiro lugar, da questão de como o entrevistado pode reconstruir um discurso. Em segundo lugar, como o entrevistado pode reconstruir uma memória.

Diante dos dois elementos referenciados, podemos aproveitar, por exemplo, como a memória é reconstruída pela Ilda, partindo do pressuposto que as reconstruções de suas memórias podem levar-nos a uma história, e a partir deste ponto, estaremos em contacto com as suas experiências. Ao adentrarmos no campo da entrevista na vertente de história de vida de Ilda, obrigou-nos alcançar um quadro lógico: onde a memória dará lugar a experiência, a experiência dará lugar as marcas, as marcas darão lugar por um lado ao tempo e aos eventos. Por outro lado, as marcas darão lugar as palavras e as lembranças.

O vivido encontrado e os acontecimentos que repousam nas narrativas de Ilda, legalizados como documento, podem estar ao mesmo nível em comparação a outro tipo de documento. Foi Thompson (1992) no seu livro *A voz do passado: história oral*, se posicionou a favor da igualdade entre as fontes oral e impressa, ou seja, para ele:

As estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que notícias de jornais, cartas privadas, ou biografias publicadas. Do mesmo modo que o material gravado, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até ele é o significado social, e este é que deve ser avaliado. (THOMPSON, 1992, p. 145).

As memórias de Ilda podem transformar-se em um documento como prova do vivido, se por acaso o historiador entender que “o vivido tal como é e como é conhecido sai das suas mãos, visto que ele é narrado por meio dos documentos e testemunhos – pelo agregado das suas possibilidades: conhecimento parcial, sem ambição totalizadora” (MONTENEGRO, 2012, p. 30). E como um sinal para ressignificar o acontecido, as narrativas de Ilda devem ser vistas como um documento que não mostra de fato uma história, ou seja, “os documentos não recuperam o passado. O passado não pode ser restituído, refeito, ele é narrado com análises críticas, sempre mediado pela operação historiográfica” (MONTENEGRO, 2012, p. 40).

Quando as narrativas provenientes do ato de rememorar são realimentadas²⁸ a partir do presente, abrem espaços para o surgimento de lugares dinâmicos no presente: geografias, relatos, espaços, fronteiras, lugares, temporalidades, signos, histórias, percursos, discursos, mapas, indicadores, descrições, itinerários, lugares abstratos, operações de demarcação, articulação de espaços, paisagens e diversas dimensões numa determinada narrativa (AGOSTINHO, 2021).

Enfim, concordo com Rezende (2016, p. 145) quando diz que “um ensaio de Ego-história tem lá suas dificuldades”. Isso porque quando me propus falar sobre mim, também exercitei a rememoração a partir do tempo presente. Os Ensaio de Ego-história abrem caminhos para romper com o cientismo histórico herdado do positivismo²⁹. Daí a inversão do *facto-documento para o historiador-acontecimento*. Uma troca que leva consigo, numa primeira exigência, a recusa do historiador na zona de conforto, ou seja, “amarrado nos seus fichamentos”, logo vê-se em presença de um abandono do “nós” e a imposição do eu na escrita da história (ARAÚJO, 1989).

A minha vinda para Recife, os seminários frequentados na UFPE, o contacto com intercessores e professores, permitiu o meu aproximar nas fronteiras da história e a da memória por um lado. Por outro lado, permitiu que ligássemos elos entorno de experiências tanto do meu lado como do lado de Ilda, que podem ser vistas de polos que vão se consubstanciar no campo da memória individual e da memória social. Por isso, “o narrado sobre uma individualidade rima com coletividade e dela não pode ser dissociada, pois ninguém é uma ilha isolada, mesmo no mar revolto da pós-modernidade” (JUCA, 2007, p. 317-318).

²⁸ Realimentar: é sustentar as narrativas através de dimensões provenientes de análises.

²⁹ Nesta afirmação não posso concordar com Araújo (1989), visto que esse tipo de afirmação generalista parece que os procedimentos da escola metódica desapareceram ou não são mais válidos. Não é bem assim, um historiador tem ainda hoje a tarefa de analisar um documento e fazer a crítica externa e interna, para afirmar sua autenticidade. Então, com o que está se rompendo? Com a ideia de verdade que o documento carrega. Ser for com a ideia sobre a verdade, aí eu concordo.

Referências

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. Realimentar as narrativas sobre o continente africano no presente e recriar a imagem do passado: tarefas de um viajante. *Dados de África (s)*. Vol. 02, nº. 04, 2021, p. 71-85. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/14710> Acesso em: 03/09/2022.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Trad. Jonathan Menezes... [et al.]. – Londrina: Eduel, 2016.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. [Recensão a] Pierre Chaunu, Georges Duby, Jacques Le Goff, Pierre Nora e outros, Ensaio de Ego-História. *Imprensa da Universidade de Coimbra*, 1989, p. 683-685. Disponível: <http://hdl.handle.net/10316.2/42927> Acesso em: 06/06/2022.

BALANDIER, G. *A Noção de Situação Colonial*. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 3, n. 3, 1993 p. 107-131. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v3i3p107-131. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605> Acesso em: 27 ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. *Memória e vida. Textos escolhidos*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAHEN, M. *Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África*. Revista África, [S. l.], n. 35, p. 129-155, 2015. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i35p129-155. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/126697>. Acesso em: 13 out. 2022.

CARREIRA, A.. *Angola, da escravatura ao trabalho livre*. Subsídios para a história demográfica do século XVI até à Independência. Lisboa: Arcádia, 1977.

CEAUP (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) (Coord.). *Trabalho forçado africano: Experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, 2006.

CEAUP (Coord.). *Trabalho forçado africano: Articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007.

CEAUP (Coord.). *Trabalho forçado africano: O caminho de ida*. Ribeirão (Portugal): Húmus, 2009.

CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rj: Forense – Universitária, 1982.

CERTAU, Michel de. *As artes de fazer. A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COLE, Anna. The History That Has Made You. Ego-Histoire, Autobiography and post colonial history. *Life Writing*, 16:4, 2019, p. 527-538. Doi: <https://doi.org/10.1080/14484528.2019.1633249>

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*

[Online], 33, 2017, p. 107-129. Consultado: 29 julho 2022. Disponível: URL: <http://journals.openedition.org/cea/2206>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.2206>.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. Maria do Huambo: uma vida de indígenas. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). In: *África (São Paulo, 1978, Online)*, São Paulo, n. 35, 2015, p. 119 -127.

COSTA, Juliana Rocha de Azevedo da. *A história como testemunho. “eu estava lá”*. Natal, RN, Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru; SP: EDUSC, 2002.

FARGE, Arlette. *Lugares da história*. Trad. Fernando Sheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FONTE, Maria Manuela Afonso da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola- de Norton de Matos à Revolução*. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Universidade Técnica de Lisboa: Faculdade de arquitectura, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas*. In: MONTENEGRO, Antonio Torres ... (et. al.) (org). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora UFPE, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antonio. *Testemunho, narrativa e historiografia*. In: AMORIM, Helder Remigio de ... (et. al.) (org). *História em debate: cultura, intelectuais e poder*. Curitiba: Appris, 2020.

HAN, Byung-Chul. *O que é poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporânea: manifesto por las ciencias sociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3. ed. Trad. de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2009

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Seminário da Prainha: limites e possibilidades da “ego-história” como opção metodológica. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n.25-2, 2007, p. 293-321.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória: combates pela história. *História Oral*, V.10, n.1, Jan-jun, 2007, p. 27- 42.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Travessias e desafios. In: MONTENEGRO, Antonio Torres ... (et. al.) (org). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora UFPE, 2012.

PENNA, Antonio Gomes. *Introdução à Aprendizagem e Memória*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2001.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. Um ensaio de ego-história. *Revista Sustinere*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan-jun, 2016, p. 144-153. Disponível:

<https://pdfs.semanticscholar.org/18b9/13a062b1d494268535d661d1c1cf6b7acad0.pdf> Acesso em: 07/06/2022.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROUX-LANIER, C. et al. *A Cultura Geral de A a Z*. Lisboa: Plátano editora, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Submissão: 17/10/2022

Aceite: 03/03/2023.